

PROJETO DE LEI Nº _____ DE 2013
(Do Senhor TAKAYAMA)

Dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento de doações, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento de doações para entidades religiosas ou de assistência social sem fins lucrativos.

Art. 2º Os empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e os servidores públicos regidos pela Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, poderão autorizar o desconto em folha de doações para entidades sem fins lucrativos, de assistência social e igrejas de qualquer culto.

§1º A autorização será feita por escrito pelo empregado ou servidor, que informará ao departamento competente a razão social e o CGC da entidade beneficiada, bem como o valor da doação.

§2º O desconto não poderá exceder quinze por cento do salário líquido do doador.

§3º O desconto poderá ser autorizado para mais de uma entidade desde que a soma dos descontos não ultrapasse o limite fixado no parágrafo anterior.

Art. 3º Para os fins desta Lei são obrigações do empregador:

I - prestar ao empregado e à instituição beneficiada, mediante solicitação formal do primeiro, as informações necessárias para a

realização da doação em desconto em folha, inclusive a existência de custos operacionais decorrentes das doações;

II - efetuar os descontos autorizados pelo empregado em folha de pagamento e repassar o valor à instituição beneficiada no prazo de até 5 dias úteis após a percepção dos rendimentos pelo empregado ou servidor;

III - informar, no demonstrativo de rendimentos do empregado, de forma discriminada, o valor do desconto mensal decorrente da doação;

IV – efetuar o desconto previsto nesta Lei somente após efetuar todos os demais descontos compulsórios por lei, como os decorrentes de obrigação alimentícia, pensão civil, consignações em folha de pagamento em virtude de empréstimos financeiros etc.

§1º É vedado ao empregador impor ao empregado ou servidor e à instituição beneficiada escolhida qualquer condição que não esteja prevista nesta Lei para a implementação dos descontos autorizados.

§2º Fica facultado ao empregador descontar na folha de pagamento do empregado ou servidor os custos operacionais decorrentes da realização da operação objeto desta Lei.

§3º A totalização do débito anual deverá ser remetida pelo empregador ao servidor, de forma discriminada, juntamente com as demais rubricas constantes do demonstrativo de rendimentos fornecido para declaração anual do imposto de renda.

Art. 4º Caberá ao empregado ou servidor descontinuar o pagamento para qualquer entidade indicada, mediante solicitação por escrito, ao departamento competente.

Art. 5º Os valores doados por meio de desconto em folha de pagamento poderão ser abatidos no imposto de renda, desde que a entidade figure em rol da Secretaria de Receita Federal, tendo sido nele incluída após observância de todos os requisitos legais de regulares constituição e funcionamento.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os servidores públicos ou empregados regidos pela CLT que desejam fazer suas doações de maneira sistemática enfrentam grandes dificuldades atualmente. Ainda não existe no país uma regulação, por meio de lei segura para aqueles que desejam doar para instituições de caridade, de filantropia ou até mesmo para suas igrejas, desde que essas entidades estejam regularmente registradas nos órgãos competentes governamentais.

Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, no seu art. 3º diz: “Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.”

As igrejas de qualquer denominação são entidades que prestam assistência social por excelência no Brasil, pois desenvolvem atividades de proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária, entre outras atividades que têm salvado milhões de vidas, sobretudo nas regiões mais carentes onde muitas vezes o Estado não chega de maneira eficaz. Muitas vezes o único apoio que essas pessoas carentes conhecem é tão-somente aquele recebido das comunidades religiosas, seja apoio espiritual, material ou de natureza médica.

Nada mais justo, portanto, que essas entidades religiosas e outras de natureza realmente filantrópica tenham facilitadas por lei as doações recebidas de pessoas dispostas a fazerem esse gesto de grandeza.

Por esta proposição, os servidores poderão doar até 15% de sua renda líquida, realizados os descontos obrigatórios previstos em lei, para essas entidades de natureza filantrópica, social ou assistencial para que elas não tenham de ficar batendo às portas atrás de minguados recursos para manterem suas atividades.

A doação sistemática que esta proposição pretende implantar, vai proporcionar o atendimento às populações carentes de maneira regular dessas entidades, que poderão contar com uma fonte mais certa e perene de recursos para se manter em atividade.

Sala das Sessões, em de de 2013.

Deputado Federal **TAKAYAMA** – PSC/PR